

# União, estados e municípios poderão unificar as licitações

Criação do sistema é prevista em projeto do senador Magno Malta (PR-ES), que foi aprovado na semana passada

## Agência Senado

Todas as informações referentes a licitações e contratos da administração pública do país devem ser consolidadas em sistema informatizado nacional a ser disponibilizado na internet, chamado de Sistema Unificado de Licitações. A criação do sistema é prevista em projeto (PLS 35/2016), do senador Magno Malta (PR-ES), que foi aprovado na última terça-feira (11) em decisão final pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Órgãos da administração direta e indireta

da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem obrigatoriamente se integrar ao sistema. A plataforma virtual abrigará, entre outras informações, os bancos de dados de registro de preços e de cadastro de fornecedores.

De acordo com o autor, a sistematização dos dados promoverá transparência e economia na contratação de bens e serviços públicos. Além disso, segundo Malta, a disponibilidade dos dados na internet facilitará para o cidadão o efetivo controle dos processos de licitação e contratação.

A relatora, senadora Si-

mone Tebet (MDB-MS), recomendou a aprovação do projeto. Na avaliação dela, expandir a transparência nas licitações e nos contratos decorrentes é um meio importante de combate à corrupção. Para aperfeiçoar o texto, ela apresentou emenda para atribuir ao Poder Executivo da União a responsabilidade pela criação e manutenção do Sistema Unificado de Licitações.

Outra emenda da senadora estabeleceu o prazo de 365 dias para a implementação da medida proposta.

“O projeto é simples. Não altera as regras básicas de licitação, apenas dá mais transparência e facilit-

ta a consulta do interessado ao processo licitatório como um todo”, explicou Simone.

Como o projeto é terminativo, ele seguirá para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o autor, a sistematização dos dados promoverá transparência e economia na contratação de bens e serviços públicos

**Lúri**  
**Moreira**

[iurimoreira.imprensa@gmail.com](mailto:iurimoreira.imprensa@gmail.com)

## Sexo pode resultar na venda do Tumblr

Desde que o Tumblr anunciou que irá banir todo o conteúdo NSFW (conteúdo impróprio para menores, como cenas de sexo explícito, nudez) a partir de amanhã (17/12), muitos de seus usuários têm protestado pela iminência de perder todo material hospedado na rede. Diante disso, a rede social adulta Sexlog anunciou interesse em comprar o Tumblr e receber todo o público que deseja continuar a compartilhar material erótico sem o risco de perder seus conteúdos – pessoais ou profissionais.

Goste-se ou não, o Tumblr virou um paraíso da pornografia grátis na rede e a decisão foi tomada após o aplicativo oficial ter sido removido do ar pela Apple, com a acusação de hospedar conteúdo ligado à pedofilia. Ao invés de uma revisão, para filtrar e eliminar somente esses conteúdos, a empresa optou por uma medida mais rigorosa e irá censurar de modo geral.

De acordo com a assessoria de Imprensa do Sexlog, a rede social é a maior na categoria adulta da América Latina, já possuindo mais de 9 milhões de usuários cadastrados. Ao longo dos seus mais de dez anos no mercado adulto, a marca investiu muito em tecnologias para sempre garantir a segurança e privacidade na Internet e, assim, se mostra uma ótima alternativa para compartilhamento de materiais íntimos.

“Reconhecemos a importância de espaços como o Tumblr, onde as pessoas podem explorar a sua sexualidade de uma forma natural, livre e sem exposição. No Sexlog nós já desenvolvemos e aplicamos a tecnologia necessária para evitar abusos, como imagens de menores de idade, por exemplo. Portanto podemos não só manter, mas melhorar o serviço. Estamos ansiosos pela negociação”, afirma a diretora de Marketing do Sexlog, Mayumi Sato.

## Jobs

O LinkedIn liberou a lista com os cargos mais recrutados em 2018 ao redor do globo. O engenheiro de DevOps (que trabalha com desenvolvimento e operação de software) está em primeiro lugar na lista geral, seguido pelo executivo de contas corporativas e engenheiro front-end (que trabalha com a arquitetura inicial de um software). Batizado de “The most 33 recruited jobs”, o relatório foi feito de abril de 2017 a abril de 2018, por meio dos InMails (mensagens privadas no LinkedIn) que recrutadores enviaram para esses profissionais.

## Telereuniões

A alemã TeamViewer está anunciando o lançamento do TeamViewer 14, nova edição do seu software para teleconferências e transferência de arquivos em diversas plataformas – do Windows e iOS ao Android, entre outros – ao mesmo tempo. O programa chega reforçado: o usuário passa a contar com recursos pioneiros de Realidade Aumentada (RA), a exemplo da utilizada em games populares em smartphones e na publicidade. A RA foi somada, ainda, a uma completa revisão nas áreas de desempenho e de aumento de produtividade, em uma tríade de recursos que vem sendo chamada pela companhia como TeamViewer Pilot.

## Drivespan

A Nero AG lançou um novo aplicativo gratuito, o DriveSpan. Em combinação com a suíte Nero 2019 (versão Platinum ou Standard) instalada no computador, o aplicativo mescla e consolida os arquivos de mídia e dados do celular, do PC e em discos rígidos externos, eliminando duplicidades e liberando memória nos dispositivos. Mais informações em [www.nero.com/ptb](http://www.nero.com/ptb).

## Investimentos

O Instituto TIM realizou a 4ª edição da feira de investimentos do programa Academic Working Capital (AWC), na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). O evento contou com apresentações de protótipos e projetos desenvolvidos por estudantes, que buscam recursos de investidores. O programa de educação empreendedora da operadora é destinado a universitários no fim da graduação e já apoiou aproximadamente 400 estudantes, além de viabilizar a entrada de 14 negócios no mercado de startups brasileiro.

Foto: Agência Senado



Para os senadores, o projeto não altera as regras básicas de licitação, apenas dá mais transparência; texto segue agora para a Câmara dos Deputados

## Relatório do Senado

# Comitê do Congresso está recomendando bloqueio de recursos de 11 obras em 2019

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) deverá analisar um relatório que recomenda o bloqueio de recursos, em 2019, para 11 empreendimentos construídos, no todo ou em parte, com recursos federais.

O relatório foi elaborado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades (COI), que integra a comissão. O COI, que é coordenado pelo deputado Covatti Filho (PP-RS) e conta com mais nove membros, se reuniu nessa quarta-feira (12) para fechar o texto.

Os empreendimentos foram flagrados em auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontaram problemas como indícios de superfaturamento, sobrepreço, projeto deficiente e res-

trição à competitividade da licitação. A lei orçamentária possui um anexo específico (Anexo 6) listando as obras que não podem receber recursos durante o ano enquanto não forem sanados os problemas apontados pelo tribunal.

É o caso, por exemplo, das obras da BR-040, no Rio de Janeiro. O TCU questiona um termo aditivo, que o COI recomenda bloquear. Mas o contrato principal da obra não foi afetado e pode ser executado normalmente em 2019. O relatório do COI será analisado na Comissão de Orçamento antes da votação do relatório final da proposta de lei orçamentária de 2019 (PLN 27/18), a cargo do senador Waldemir Moka (MDB-MS).

## Empreendimentos

Das 11 obras, seis foram

incluídas na lei orçamentária deste ano pelo Congresso – ou seja, começaram 2018 com recursos bloqueados. São elas: implantação do BRT em Palmas (TO); trechos 1 e 2 do corredor de ônibus Radial Leste, na cidade de São Paulo; implantação de novo trecho da BR-040 para a subida da Serra de Petrópolis (RJ); ampliação da capacidade da BR-290, no trecho Porto Alegre-Osório (RS); e construção da ferrovia Transnordestina.

Já os empreendimentos que não constam na atual lei orçamentária e que o COI recomenda a paralisação de contratos em 2019 são: adequação de trecho da BR-116, entre Bahia e Pernambuco; corredores de ônibus Aricanduva (SP) e Capão Redondo-Vila Sônia, ambos na cidade de São Paulo; e construção dos canais adutores do Sertão

Alagoano e Vertente Litorânea (PB). Esses canais levam água para regiões que sofrem com estiagem.

## Casos graves

Entre as 11 obras indicadas pelo COI para integrar o Anexo 6 da lei orçamentária de 2019, duas chamaram atenção: a construção da ferrovia Transnordestina e a adequação de trecho da BR-116 (BA).

O comitê recomendou o bloqueio de qualquer recurso, a qualquer título, para a ferrovia, e não apenas nos contratos fiscalizados pelo TCU. Segundo a corte, mesmo tendo gasto mais de R\$ 5,7 bilhões de recursos públicos desde 2006, a concessionária responsável pela Transnordestina não conseguiu executar mais de metade das obras.